

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PESCADORES ARTESANAIS: um convite à participação *

Maria Odete da Rosa Pereira**

Resumo

Este trabalho busca apontar elementos constitutivos de uma educação ambiental transformadora à luz da teoria crítica e do materialismo histórico dialético. Para tanto, foram desenvolvidos estudos com grupos de pescadores artesanais do entorno do estuário da Lagoa dos Patos (RS). A metodologia utilizada teve como base a observação e a pesquisa participante, através da análise de aspectos didáticos e pedagógicos que se inserem nas ações que objetivam compartilhar responsabilidades no regramento e uso dos recursos pesqueiros da região. Dessa forma, o trabalho aponta para aspectos estruturantes de uma política pública de educação ambiental, afirmando ser imprescindível a participação dos envolvidos e uma profunda reflexão das condições histórico-econômico-sócio-ambiental que permeiam as relações sociais e culturais dos pescadores artesanais.

Palavras-chave: educação ambiental, pescadores artesanais, políticas públicas

Abstract

This paper aims at bringing up constitutive elements of a transformative environmental education, using the appreciation of critical theory and dialectic historical materialism. Therefore, studies with artisanal fisherman communities in the region around the estuary of *Patos* Lagoon were accomplished. The methodology was based on observation and participatory research through the analysis of didactics and pedagogical aspects which are inserted in the actions that aim at sharing responsibilities within the regulation and the use of fishing resources in the region. Thus, the study points at structuring aspects of a public politics concerned with environmental education, claiming the necessity of both the participation of involved people and a deep reflection of the environmental-socio-economic-historical conditions within artisanal fishermen's social and cultural relations.

Key-words: environmental education, artisanal fishermen, public policies

1. Introdução

Esse artigo constitui-se a partir da pesquisa realizada com os pescadores artesanais (2006) que se localizam a beira do estuário da Lagoa dos Patos. Em tal trabalho, durante o processo de investigação buscou-se junto aos pescadores estabelecer uma relação que propiciasse a compreensão das concepções pedagógicas que podem permear os processos de construção dos temas estruturantes de uma educação ambiental constituída no âmbito da pesca artesanal. Para tanto, foram considerados as condições histórico-econômico-sócio-ambientais e o papel dos diferentes sujeitos nessa construção.

A abordagem teórica proposta está baseada na concepção de trabalho como mediador entre ser humano e natureza, dentro do mesmo paradigma considera-se que o movimento da natureza é um movimento dialético sendo o movimento histórico então a essência da natureza, conforme Marx & Engels (1979).

Neste sentido, articulam-se os preceitos de uma educação ambiental fundamentada na teoria crítica e contextualiza-se a pesca artesanal na história da região desde os primeiros pescadores até a atualidade. Busca-se apontar elementos constitutivos desses sujeitos para compreender o processo ao qual estão inseridos e forjar sua participação num projeto de sociedade, ressignificando sua própria história, contando com as contribuições da educação ambiental crítica e transformadora, respeitando a autoria e a emancipação dos pescadores.

A história dos pescadores artesanais e as relações com a indústria acompanham a evolução do capitalismo e suas contradições. Segundo Diegues (1995), as empresas de pesca se verticalizaram, integrando os setores de captura, comercialização e beneficiamento de pescado, e surgindo, inclusive como resultado da globalização da economia, as empresas multinacionais do setor.

* Esse artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado da autora apresentada em março de 2006, no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental na Fundação Universidade do Rio Grande-RS. Orientador: Prof. Dr. Jussemar W. Gonçalves. Co-orientador: Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky. A autora obteve bolsa da Capes durante seis meses da pesquisa.

** Professora de Políticas Públicas no Departamento de Educação e Ciências do Comportamento – FURG. Doutoranda em Educação Ambiental - FURG. E-mail: dethfurg@hotmail.com

Partindo-se do princípio de que a história da pesca nessa região é parte da história do Brasil, constata-se sua existência mesmo antes da chegada dos portugueses. Contudo, no séc. XVI ocorre o corte, a diferença ou o “estranhamento”, conforme Marx (1975), pois até ali era uma atividade de subsistência dos índios. Essa atividade pode ser evidenciada pela presença de sambaquis ao longo do litoral brasileiro, que continham restos calcários de moluscos, mostrando assim, que esses povos já se alimentavam de recursos pesqueiros há milhares de anos. Utilizavam apetrechos rudimentares de pesca, como ganchos feitos de ossos, pequenas redes de fibras naturais, pequenos barcos e jangadas, segundo Diegues (2002).

Para Marx (1975), o trabalho alienado afeta a constituição do sujeito separando-o da natureza e de si mesmo. Sendo assim, acredita-se que a ação dialética e transformadora da realidade age no processo de construção sócio-cultural. Daí a necessidade de se investigar o contexto e o ofício de pescador e a forma como se organizam socialmente em comunidades. Desse modo, entende-se que o conjunto de desafios e dificuldades apresentados aos pescadores historicamente vem compor o mosaico de conhecimentos acumulados por eles ao longo de anos e que nesse movimento contraditório estão engendradas as possibilidades e alternativas que podem ser o embasamento da construção de uma política de educação ambiental reconhecida por eles como sugere Loureiro (2004).

Nesse estudo defende-se que o método é fundamental, pois pode garantir a participação desses sujeitos, a reflexão sobre sua própria história e sua efetivação na construção de saídas da crise em que se encontram por meio de uma proposta de educação ambiental com a autêntica presença dos mesmos nesse contexto.

2. Educação ambiental como prática social com pescadores artesanais

A competição pela captura das espécies, a qual é preciso salientar, está diminuindo a cada ano fazendo com que as relações sociais se alterem e o contato com a natureza não se traduza numa vocação imediata para a defesa da sustentabilidade da atividade e do meio. A necessidade de alimento imediato a sua família parece ser um obstáculo às propostas que visam diminuir o esforço de pesca e usar petrechos mais adequados à preservação. Uma situação está intrinsecamente ligada à outra, pois quando se tem pouco recurso pesqueiro é preciso usar redes com malhas mais finas e pegar espécies menores para obter resultados similares aos de uma situação anterior. A mudança na atividade pesqueira vem causando conseqüentemente maiores danos ao ambiente, agravando assim a situação do estoque e

comprometendo safras futuras. Conseqüentemente agrava a situação de pobreza das comunidades de pescadores e os coloca numa situação de vulnerabilidade social tornando-se um desafio ainda maior do ponto de vista da educação ambiental.

Nessas condições, abre-se ainda mais o leque para as tentativas de diálogo permanente entre os responsáveis pela manutenção do “recurso” (governos, pesquisadores e outros) e os pescadores. Os que estudam a situação do estoque das espécies tentam convencer os pescadores de que precisam diminuir o esforço de pesca para que haja uma renovação e reprodução adequada. Nesse sentido, foram geradas políticas sociais voltadas para a pesca tais como a Instrução Normativa 03/2004 conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca com o intuito de estabelecer o período de defeso das espécies pescadas, e num arranjo com outros ministérios possibilitar o seguro defeso aos pescadores durante esses meses.

No entanto, na sociedade capitalista - em circunstâncias de concentração populacional, desemprego, de degradação de recursos naturais, de acentuação da disputa ou concorrência, do avanço tecnológico - tudo ou quase tudo acaba tomando proporções de ser visto na ótica da luta por sobrevivência para uns e busca de lucro para outros. O primado por uma racionalidade ambiental freqüentemente fica relegado, despontando irracionalmente a lei do mais forte, o capital. A educação ambiental possui entre suas prioridades, e como tarefa por excelência, a construção de uma nova racionalidade no uso dos recursos naturais bem como da condição saudável de vida entre os seres humanos.

Por outro lado, são evidentes alguns problemas ligados à educação nas comunidades pesqueiras tanto do ponto de vista da informalidade quanto da educação formal (escolar). A educação informal a que se refere seria através de projetos sociais, programas e pesquisas realizadas nas localidades onde habitam os pescadores, que contam com a participação dos mesmos através de associações e/ou comunidades organizadas, seja em torno das igrejas locais ou outras formas. A própria LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - no seu artigo primeiro, amplia a educação como responsabilidade também da família e de outros setores da sociedade (embora dialeticamente trate-se de um avanço e um retrocesso, pois ao mesmo tempo em que reconhece outros espaços também retira responsabilidades do Estado). Contudo, essa nova concepção abre espaço aos movimentos sociais, movimentos de pescadores, comunidades, sindicatos e outros, para participarem ativamente da educação das suas crianças e jovens.

Quanto ao sistema de ensino escolar nessas comunidades, encontra-se um afastamento da realidade das comunidades, isto é, uma dicotomia entre o que é ensinado na escola e os problemas cotidianos enfrentados pelos estudantes. Isso se expressa no calendário escolar que se mantém tradicionalmente com o início das aulas em março quando a maioria das crianças e adolescentes está acompanhando seus pais e mães na pesca do camarão que abre a safra em fevereiro e se estende até maio. Esse distanciamento contribui para o aprofundamento do abismo entre o conhecimento científico e o tradicional. É comum ouvir de filhos de pescadores que eles vão à escola para não ser tornarem como os pais e assim, deixarem a atividade pesqueira. Isso retrata como a escola lida com a realidade da pesca, pois esta poderia estar trabalhando na ótica de melhoria da atividade pesqueira, ajudando as comunidades a buscarem alternativas às crises que se apresentam.

3. Participação: dimensões explícitas e ocultas

Nos últimos anos, fala-se muito em participação no panorama político e em fazeres institucionais como o planejamento. Existe, até mesmo, o perigo de vulgarizar o termo e esvaziar o conceito na prática social incoerente ou incorporá-la na ótica do cooptação para a legitimação das relações de poder vigente. O que se vê na prática, e com frequência, são representações fictícias da sociedade civil nas esferas públicas, com lideranças elitizadas que não representam mais uma base e se perpetuam como presidentes de associações em eleições pouco participativas. Desde a Constituição Federal de 1988, espalhou-se pelo país uma gama de conselhos municipais que dão as diretrizes e deliberam sobre as políticas sociais, de saúde, de assistência social, de educação e, por fim, as políticas ambientais. A política de descentralização e municipalização determinada pelas constituintes (federal, estadual e municipal) pretende a apropriação e a participação nas decisões do Estado organizado por parte da sociedade civil. Todavia, o Brasil não tem uma tradição democrática de longo alcance, e enfrenta-se dificuldade nas relações políticas e sociais no que tange à participação nas tomadas de decisão.

Uma experiência que, apesar das polêmicas, apresentou resultados nos últimos anos foi a dos Orçamentos Participativos. Neste tipo de organização, a participação se dá de forma diferenciada do que se apregoou anteriormente, pois não é pela representação que o cidadão atua, e sim pela democracia direta, onde cada um é um voto. De outro lado, não se pode descartar a política de representação, pois a possibilidade de discutir em pequenos grupos poderá trazer qualidade à

informação, ao intercâmbio de experiências e ao diálogo. Diferente de uma grande assembléia como no caso da democracia direta, as discussões nos conselhos representativos tendem a ser mais aprofundadas, contudo encontram-se limitações nas duas modalidades. Por um lado, os Conselhos Municipais facilmente ficam esvaziados, e a falta de comunicação com as bases se percebe logo nas lideranças que participam, o que debilita e fragiliza o processo. Por outro lado, a democracia direta traz consigo os vícios que facilmente se comprovam no sistema eleitoral brasileiro, que são os votos atrelados a interesses particulares, a falta de informação sobre o que está sendo votado e, ainda, a dominação ideológica das massas por parte dos aparelhos ideológicos do Estado tais como escola, meios de comunicação de massa, entre outros.

De qualquer forma, essa disputa por hegemonia¹ na sociedade faz parte do cenário, e seria interessante que a participação estivesse fundada no trabalho para o entendimento dessas relações, como também, na construção do sentido de bem comum. De acordo com Acselrad (2001), desde o pensamento clássico grego, o espaço público é a instância em que os homens se reconhecem como iguais, discutem e decidem em comum. Sendo assim, é possível reconhecer que a reunião de pessoas, cidadãos e cidadãs para pensar a esfera pública, é sempre positiva. O aspecto qualitativo desta participação faz parte do processo de engajamento e compromisso político dos grupos sociais a que pertence e que conseqüentemente está vinculado com sua visão de mundo e concepções.

O problema da participação não é apenas subjetivo, ele está ligado objetivamente ao tipo de mundo que essas pessoas trabalham para construir. O grupo social que trabalhou pela democracia no Brasil na campanha pela abertura política e eleições diretas para presidente vem trabalhando contra a maré nos últimos anos, tentando interferir numa cultura de descrença na vida política em que o poder esteve, desde sempre, na mão de poucos privilegiados. Ou ainda, na qual prevaleceram o escravismo e o coronelismo como relações de trabalho e identidade cultural construída no decorrer da história.

Em geral, por um lado, as pessoas não confiam nos seus representantes e, por outro, têm um pessimismo (reforçado pela mídia) que as leva a não acreditar nas instituições prejudicando a sua própria participação. Com frequência, percebe-se que a participação não se mantém. Começa-se bem alguma iniciativa popular, mas a energia que precisa ser investida para manter a participação é algo sobre-humano. Dessa forma, acredita-se que a

¹ O conceito de hegemonia utilizado no estudo tem base em Gramsci (2004).

educação a qual Paulo Freire aponta, tendo como base o comprometimento e a emancipação, é imprescindível na construção de uma participação efetiva. Portanto, parece evidente que a educação ambiental requer um processo histórico, por sua vez lento, persistente e dinâmico, em que a práxis é determinante a propósito dos possíveis resultados.

4. O histórico ambiental como parte do contexto da participação

Segundo Acselrad (2001), é recente a explicitação do meio ambiente como objeto de políticas de governo no Brasil. Desde os anos 30, a construção das bases de um capitalismo industrial requerera do Estado o agenciamento das condições naturais do território de modo a favorecer o processo de acumulação. Uma política de governo tornou-se explícita de fato em 1973, com a criação da SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente).

As políticas "explícitas" que sucederam, marcadamente a partir de 1973 com a criação da SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente, durante a ditadura militar, tinham uma característica reativa as pressões internacionais, principalmente a Conferência de Estocolmo de 1972. É importante salientar a completa ausência da participação da sociedade neste processo. Foi a época do milagre brasileiro, que confirmou em âmbito nacional a política desenvolvimentista dos anos 70, os grandes projetos brasileiros: Hidrelétricas, novas fronteiras agrícolas, a transamazônica, Itaipú, o superporto de Rio Grande e outros (ANELLO, 2003, p. 15)

Neste contexto, a criação do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente, através da Lei 6938/81, e a Política Nacional de Educação ambiental (lei 9795/99), encontram dificuldades de se afirmar na sociedade brasileira.

A falta de capilaridade, isto é, da capacidade de fazer chegar suas ações o mais próximo possível dos cidadãos, a escassez de recursos financeiros e de pessoal, assim como falta de uma base legal revisada, consolidada e implementada. Somente 23% dos municípios brasileiros (até 2003) criaram instâncias municipais de meio ambiente, ocorrendo, na ausência dessas, o repasse das atribuições para os âmbitos estadual e federal (CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, 2003, p.6).

Se for comparado com o SUS - Sistema Único de Saúde, mesmo com todas as limitações existentes, tornou-se bem mais reconhecido na esfera social, apesar de ser mais novo. Esse é o momento em que se entra com a necessidade de gestão e a participação como mantenedora desse espaço de

gestão. Para nós, os conflitos decorrentes dos problemas ambientais estão contidos em relações desiguais de poder entre os diferentes atores e grupos sociais, assim como são parte integrante e estruturante de uma realidade. A superação de tais problemas através da gestão só será possível se esta propiciar a participação dos diferentes atores envolvidos. Isto tornará explícitos os conflitos, ao invés de negá-los ou ocultá-los na negociação da tomada de decisão.

A participação representa uma conquista para os atores sociais e possibilita a ação interativa entre forças que se complementam e se contrapõem numa realidade vista como totalidade, conforme Acselrad (2001). A não participação, de qualquer que seja o ator social, principalmente os mais antagonizados pelos problemas ambientais, decompõe a realidade, reduzindo-a e simplificando-a, não dando conta da compreensão de sua complexidade e somente possibilitando intervenções parciais e fragmentadas. O autor demonstra a importância de trazer os atores mais fragilizados (movimentos populares) para o processo de negociação (relações desiguais de poder), considerando-se que os setores públicos e privados têm maior capacidade de ocupar o espaço de participação no processo de gestão.

Quanto à mobilização, pode-se dizer que é a garantia da participação efetiva, pois com a motivação (ação em movimento) dos atores sociais em atuar, cria-se um comprometimento com o processo.

As lutas contra as agressões ambientais são lutas pela construção da esfera pública na natureza e pela introdução da política na gestão do meio ambiente. Pois é através da política que se obterá a desprivatização do meio ambiente e se garantirá o respeito aos direitos ambientais das populações. (ACSELRAD, 1992, p. 19).

Pelas idéias expostas, pode-se concluir, pela premência de uma educação ambiental, que seja um impulso à inclusão social, à participação. Tornando-se assim um instrumento de gestão, desenvolvendo a capacidade de intervenção no processo de construção social da realidade de tal forma que cada agente atue consciente da globalidade que existe em cada local e em cada indivíduo. Conscientizando-se que a ação local e/ou individual agem sincronicamente no global, superar-se-á a segmentação entre o local e o global, entre o indivíduo e a sociedade, entre a sociedade e a natureza, buscando uma cidadania planetária.

Assim, se o meio ambiente está relacionado a um lugar determinado em que os elementos naturais e sociais se relacionam é preciso lançar um olhar sobre os problemas imediatos que envolvem a realidade do grupo social inserido nesse meio. Para

identificá-los, a educação ambiental deverá buscar nas próprias expressões do grupo os passos a serem seguidos. Nesse processo, o educador deve ter o cuidado de estabelecer uma prática a partir dessas representações e não apenas de suas próprias visões da realidade para não incorrer em erros de práticas educativas tradicionais que se distanciam de uma relação mais participativa.

Pensar em educação ambiental apóia-se no diálogo entre atores sociais, entre grupos sociais e seus interesses, os quais, através de suas representações, podem auxiliar as mais diversas políticas públicas na solução de problemas sociais e ambientais.

5. O pescador artesanal e sua participação

No âmbito da política pública, as comunidades e os pescadores impressionam pela capacidade de intervenção de suas lideranças. Contudo, ainda são poucos os que se envolvem efetivamente no processo de participação, o que os torna alvos de oportunistas que se aproximam com intuito de usá-los como trampolim político. Existe a hipótese que o pescador tem dificuldades de desenvolver trabalhos fora da água (participação comunitária, por exemplo) devido ao tipo de trabalho que exerce, pois isto teria influência nas suas atitudes. Uma das questões levantadas quanto a sua cultura é que o pescador tem por tradição o trabalho individual, no máximo membros da família atuam conjuntamente. Contudo, acredita-se que é mais profundo do que isso e que está relacionado com o modo de produção atual e com os valores impostos pelo sistema capitalista. Seria a esfera econômica atuando sobre a visão de mundo e a esfera política ideologicamente. Somando-se a isso, busca-se as questões ligadas à territorialidade do pescador como aspecto aglutinador da problemática da participação.

Questões antropológicas, sociológicas e filosóficas, como sua identidade enquanto grupo social, sentimento de pertença ao lugar onde vive e às suas tradições culturais são também parte do processo de produção social da comunidade e como tal, pano de fundo para uma metodologia eficiente de educação ambiental construída com os pescadores e pescadoras artesanais.

Existem alguns planejamentos chamados "participativos" que, quando implantados por alguns organismos oficiais, freqüentemente não são mais do que um tipo de participação concedida (DEMO, 1996; DIAZ, 1994) e, não raro, fazem parte da ideologia necessária para o exercício do projeto de direção-dominância das classes dominantes.

Com efeito, a ideologia dominante objetiva manter a participação do indivíduo restrita aos grupos baseados em relações sociais primárias, como o local de trabalho, a

vizinhança, as paróquias, as cooperativas, as associações profissionais, etc, de modo a criar a "ilusão" da participação política e social. (DIAZ, 1994, p. 29).

De qualquer forma, se temos consciência dessas relações, podemos otimizar as formas de planejamento em função da formação da emancipação e consciência crítica no sujeito e não da alienação. Neste aspecto acreditamos que a educação ambiental tem um papel fundamental como política pública.

6. Percursos metodológicos desse trabalho rumo à obtenção de respostas

Nesse trabalho de pesquisa buscou-se a observação participante através da discussão de temáticas e propostas com os pescadores e suas famílias, assim como a participação em encontros e seminários promovidos pelo movimento de pescadores. Durante um ano, ocorreu um envolvimento compartilhando de suas lutas e vivências, alegrias e dificuldades. No entanto, como intencionalidade da pesquisa organizou-se oficinas para o debate coletivo de temas geradores onde eles, os pescadores, elegeram as prioridades.

No primeiro encontro era feito um pequeno diagnóstico local estabelecendo uma agenda de discussões em cada um dos quatro municípios que se situam no entorno do estuário da lagoa dos Patos. Nesses locais eram contatadas, inicialmente, lideranças ligadas de alguma forma com o movimento de pescadores artesanais; a prioridade era a existência de um movimento combativo, contudo, na ausência desse tipo de liderança, trabalhava-se com quem estivesse disponível e com vontade de contribuir, sempre buscando a participação dos autênticos pescadores².

Neste momento, pode-se dizer que a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto, por isso a pesquisa centrou-se na questão do método, como já dito anteriormente. Assim, a pesquisadora procura ver como o problema pesquisado se manifesta na fala dos sujeitos, na forma como eles percebem a problemática que os atinge, lembrando a idéia de Lüdke (1986). A preocupação estava dirigida para o que diziam e também para como percebiam tais problemas e de que forma buscavam a construção de saídas para os mesmos. Além disso, acredita-se que ao participar do processo de desvelamento da realidade de forma

² Considera-se que existem lideranças que são atravessadores de pescada e procuram se impor politicamente como pescador.

coletiva e problematizadora como era feito nas oficinas, o sujeito poderia dar um salto qualitativo na reflexão e atuação sobre o seu papel no processo de transformação e na busca pela emancipação.

Nas falas acima pode se perceber que a comunidade faz crítica a uma possível Do ponto de vista da educação ambiental crítica compartilha-se das práticas transformadoras que desenvolvem processos emancipatórios defendidos por Freire (1982). Torna-se válido salientar seus princípios de transversalidade que podem ser um suporte no diálogo com os pescadores artesanais da Lagoa dos Patos. A intencionalidade pedagógica aliada às

diferentes temáticas implicadas no fazer do educador ambiental se relaciona diretamente com a possibilidade que o ser humano tem de pensar e modificar suas condições de vida através do trabalho e da atividade unitária de agir/pensar, conforme Loureiro (2004).

Desta forma, após apontarem problemas e soluções era debatida uma possível hierarquização dos mesmos, propondo uma pauta de reivindicações ou pelo menos um subsídio aos grupos mais organizados, decidindo coletivamente quais os temas precisariam de maior aprofundamento.

Há abaixo algumas problemáticas levantadas em uma das oficinas³, que se refletem como uma síntese das demais.

TRABALHO EM GRUPO (OFICINA Z3)

GRUPO	PROBLEMAS	SOLUÇÕES
01	A má fiscalização do IBAMA, uso de armas e agressividade com o pescador.	Não ser corrupto; fazer fiscalização justa.
	Falta de comunicação entre IBAMA e pescador/tipo de abordagem ao pescador artesanal.	Ouvir mais o pescador artesanal, através de reuniões como esta.
	A posição do IBAMA perante a fauna e a flora.	Precisam aprender a cuidar mais das pessoas e não só da fauna e da flora
02	Fiscalização só nos pescadores pequenos.	Fazer fiscalização também nos pontos de entrega do pescado e não só no pescador.
	Barcos grandes na lagoa.	Fiscalizar os grandes também.
	Traineiras na boca da barra.	Fiscalizar os grandes também.
03	Uso da malha miúda.	Rever as artes de pesca.
	Péssima abordagem dos fiscais do IBAMA.	Melhorar a comunicação entre IBAMA e pescador.

Nas falas acima pode se perceber que a comunidade faz crítica a uma possível visão “conservacionista” presente nos órgãos ambientais quando diz que o IBAMA precisa aprender a cuidar mais das pessoas e não só da fauna e da flora. Os pescadores expressaram sua inconformidade com as regras existentes na pesca, demonstrando inclusive desconhecimento de regras básicas como, por exemplo, o período que é permitido pescar o bagre (uma das espécies regradas pela Instrução Normativa 03/2004).

Refere-se também à relação dos fiscais com os pescadores, fazem uma crítica ao sistema repressivo do Estado que, segundo eles, se posiciona ao lado dos que tem maior poder aquisitivo, ditos pelos pescadores “os grandes”. Se por um lado, os participantes apontam que existem falhas na relação Estado-sociedade propondo uma participação maior da comunidade pesqueira nas decisões quanto ao calendário de pesca, petrechos adequados e outros procedimentos inerentes à atividade, por outro, não há consenso entre eles sobre tais temas.

Pode-se constatar que as comunidades têm diferentes visões sobre o melhor período para abertura da safra do camarão, por exemplo. Esse fato, algumas vezes, está ligado à posição geográfica que a comunidade pesqueira ocupa no estuário.

Trata-se então da necessidade de trabalhar com essas comunidades os temas que são estruturantes na sua atividade e construir conjuntamente com eles um método que proporcione ao maior número possível de pescadores a participar das discussões e possíveis decisões a respeito dos mesmos.

Abaixo se apresenta um novo quadro com as mesmas percepções, agora já rediscutido e hierarquizado pelo grupo que o consolida como proposta de ações.

Ao vivenciar as experiências nas oficinas com o olhar da pesquisa, na observação participante e na análise das falas dos sujeitos, percebe-se a impor-

³ Oficina realizada na Colônia de Pescadores Z3.

AÇÕES PROPOSTAS PELO GRUPO (OFICINA Z3)

- 1 Revisão do calendário de pesca;
- 2 Fiscalização na região de Rio Grande por causa do arrasto do camarão;
- 3 Liberação do Caracol⁴ (arte de pesca que às vezes é confundida com a trolha⁵);
- 4 Embarcar um fiscal do IBAMA num barco de pescador para pegar os barcos grandes;
- 5 Ter retorno das pesquisas que as universidades vêm fazer na comunidade;
- 6 Fiscalizar as firmas (empresas de pesca);
- 7 Cobrar da SEAP porque não regrou as embarcações de compra na Lagoa dos Patos (estuário);
- 8 Recomendar a Capitania dos Portos que não dê licença temporária aos barcos do oceano (maiores de 12 metros) para comprar na lagoa;
- 9 Promover pesquisa participativa (com pescadores) sobre o camarão e a relação entre a água salgar e o camarão aparecer mais cedo.

tância das comunidades em participarem e opinarem nas decisões que implicam a gestão da pesca. Elas têm muito a contribuir, contudo, estão acostumadas a serem tratadas como “massa de manobra” pelos maus políticos que fazem parte da sua história. Sendo assim, demonstram dificuldade em confiar nos diferentes segmentos sociais (universidades, ONGs, governos, etc) que se aproximam se propondo a ajudá-las. De um lado se mostram desconfiadas, de outro adotam comportamentos que respondem ao que julgam esperados, com queixas e autopiedade, se identificam como desamparadas. Isso é parte de uma cultura assistencialista que marca a história e a vida dos pescadores e que se torna um desafio para quem deseja trabalhar com educação ambiental e pesca.

7. Considerações e encaminhamentos

Com base na experiência exposta defende-se a necessidade de continuação do trabalho com pescadores artesanais, buscando aprofundamento na interlocução com autores como Vygotsky, Marx, Gramsci, Diegues, Freire, Molon, Loureiro e outros.

Permanece-se com os pressupostos de que o método torna-se fundante na pesquisa, já que é no processo, nem antes nem depois, que se constitui. Além disso, busca-se conhecer pelas causas procurando as origens no fenômeno investigado. Nesse processo de conhecimento se estabelecem as relações e as ligações entre teoria e prática nos processos psicossociais e educacionais, conforme Molon (2005).

Sendo assim, recomenda-se que as pesquisas em educação ambiental considerem a constituição do sujeito pela sua cultura, sua produção local e o modo como se reproduzem socioambientalmente. Contudo, ao se analisar as falas, considera-se que o pensamento se articula e se expressa pela linguagem, mas não em tempo real. O pensamento é mediado pelo significado e expressado por meio da palavra, assim, ao buscar o significado da palavra

pode-se perceber o singular como universal, segundo Vygotsky (2001).

Um dos grandes desafios futuros que se apresenta trata-se de entender como essas comunidades pesqueiras têm se organizado e sobrevivido no contexto capitalista. Assim, numa linha de tempo procura-se uma resistência cultural que se manteve e se manifesta em diferentes momentos históricos. Acredita-se ser interessante construir um processo de resgate dos princípios que regem as comunidades de pescadores artesanais ao longo da história em confronto com os apregoados atualmente pela sociedade capitalista. Estes podem ser elementos essenciais de uma profunda reflexão das condições impostas atualmente pelo sistema às comunidades pesqueiras. Essa interação poderá ocorrer através de propostas educativas de cunho ambiental promovendo um olhar reflexivo sobre os seus valores éticos e étnicos, suas relações de solidariedade grupal e o sentimento de pertença ao lugar que vivem. O que não se trata apenas de compartilhar o mesmo lugar de moradia ou o trabalho, mas envolve uma trama de significados, valores e crenças, conforme Abramovay (2003). E a educação ambiental na sua vertente crítica e transformadora pode trazer contribuições fundamentais para esse estudo.

Já dizia Sartre, através de Brandão (2003), que o essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito dele são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a sua própria história, a superação real dessas estruturas numa práxis totalizadora. É nesse espírito que se acredita crucial que as comunidades de pescadores e pescadoras entendam como se articulam os poderes na sociedade e o papel da política numa situação de desigualdade social como no Brasil. Então, o desenvolvimento de uma proposta de Educação Ambiental é bem mais complexo e profundo do que falar em problemas ambientais em decorrência do progresso. Os problemas ambientais não são decorrência do número de pessoas existentes no planeta, e sim estão ligados à forma como o homem se organiza e produz em sociedade. Como também, o senso comum não é privilégio das

⁴ Arte de pesca proibida pela IN 03/2004 – MMA/SEAP

⁵ Arte de pesca proibida pela IN 03/2004 – MMA/SEAP

comunidades menos favorecidas, pois se encontra nos bancos das universidades onde ocorre com frequência ao público que ali está oportunidades de emancipação do pensamento.

Nesse sentido, trabalhar educação ambiental com pescadores artesanais significa estar articulado com lutas sociais, com a expectativa da emergência de atores sociais, com a preservação e o reconhecimento de processos reversíveis e outros irreversíveis e com as relações econômicas de forma crítica. Não se propõe uma educação reprodutora das formas de expropriação e exploração nem mantenedora do status quo. Sendo assim, não é objetivamente viável aplicar uma educação comportamentalista, mas sim uma educação transformadora e libertadora.

A educação ambiental que se delineou durante o trabalho funda-se em ações que proporcionam cidadania através do fortalecimento da gestão participativa e do compartilhamento de responsabilidades com o Estado no regramento do uso dos recursos pesqueiros. Isso se torna possível, por exemplo, através da participação efetiva da comunidade de pescadoras e pescadores no Fórum da Lagoa dos Patos, instância que dá diretrizes para a construção da política pública voltada à pesca e ao ordenamento do uso e manejo do recurso.

A construção de políticas públicas de educação ambiental voltadas para a pesca convida à reflexão do papel dos Conselhos e Fóruns paritários de Meio Ambiente nos municípios, tendo como parâmetro a participação popular. Sendo assim, torna-se necessário articular, junto com uma proposta de educação ambiental, um conjunto de medidas para o saneamento urbano, especialmente na medida em que o espaço da pesca na Lagoa e os detritos das cidades sofrem progressivamente influências mútuas.

Acredita-se que um dos caminhos possíveis para a transformação da realidade atual é o incentivo às iniciativas de associativismo e cooperativismo nas localidades. Contudo, precisa-se trabalhar melhor a participação, que hoje é inócua, dando ênfase aos processos educativos junto às comunidades. Entende-se, nesse sentido, que os pescadores e pescadoras, através da educação ambiental, terão oportunidade de apoderar-se de ferramentas, que lhes proporcionarão descortinar os mecanismos que movem a sociedade capitalista, criando alternativas de mudança na busca da sustentação desta categoria social. Sendo assim, busca-se a conclusão deste texto afirmando não acreditar num desenvolvimento calcado nos moldes capitalistas de exploração dos recursos ambientais, tampouco numa educação ambiental comportamentalista, porém propor uma relação baseada em novos paradigmas culturais, políticos e econômicos.

Referências

1. ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
2. ACSELRAD, H. **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
3. _____. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75 – 131.
4. ANELLO, L.F.S. **O espaço da educação ambiental no processo de licenciamento ambiental: estudo de caso: o sistema portuário de Rio Grande**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Fundação Universidade do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2003.
5. BRANDÃO, C. R. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 2003.
6. CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE, 1. Disp. em: <http://www.mma.gov.br/cnma/conferencia>. Acesso em: 11 jul. 2007.
7. DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
8. DIAZ, J. E. B. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
9. DIEGUES, A. C. S. **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítimas**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.
10. _____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2. ed. São Paulo: Hucitec: NUPAUB - USP, 2002. p. 1 – 46.
11. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
12. GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
13. LOUREIRO, C.F.B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez. 2004.
14. LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
15. MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: s.n., 1975.
16. MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1979.
17. MOLON, S. I. **Contribuições epistemológicas da perspectiva sócio-histórica para a educação ambiental**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
18. VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

Recebido em 31/07/2006

Reformulado em 04/12/2007

Aceito em 10/01/2008